

16. DESAFIOS E OBJETIVOS DA COMISSÃO DE ÉTICA AMBIENTAL

Ana Cláudia Okamoto*
André Luís Mattos Piedade*
Kátia Midori Yabuke Maeoka*
Anne Cristina de Faria Cocato
Anny Kellen Ossune
Artênio José Isper Garbin
Isabel Cristina Lui Poi
Luciano Tavares Ângelo Cintra
Wilson Roberto Poi
Yara Regina Bianchine Ávalos

A civilização humana vem passando por uma série de transformações tecnológicas, científicas, políticas, econômicas e socioculturais de uma forma acelerada, gerando os mais variados tipos de resíduos. Por outro lado, a sociedade tem se preocupado mais com o meio ambiente e qualidade de vida de todos os seres vivos. Nesse sentido, a Resolução ANVISA 306/2004, Resolução CONAMA 358/2005 e a Norma Regulamentadora 32 da Consolidação das Leis do Trabalho surgiram para minimizar e/ou adequar os resíduos gerados, além dos protocolos de biossegurança. A legislação, resoluções e os protocolos são instrumentos que oferecem um maior respaldo às medidas a serem seguidas, e funcionam de modo a educar e orientar os indivíduos envolvidos nos processos de geração de resíduos e a possível ocorrência de acidentes durante o armazenamento, e descarte dos mesmos (LEGGAT, KEDJARUNE e SMITH, 2007; NEVES et al., 2010). Desta forma, o objetivo da Comissão de Ética Ambiental (CEA) é auxiliar a Faculdade de Odontologia de Araçatuba (FOA) na adequação das legislações, resoluções e protocolos vigentes, para que possa servir de exemplo para a sociedade e formar profissionais conscientes. Visa, ainda, colaborar com a Direção da FOA para obter as licenças e credenciamentos perante os órgãos públicos como Polícia Civil, Corpo de bombeiros e Vigilância Sanitária, além de orientar a comunidade unespiana quanto às boas práticas laboratoriais, clínicas e de pesquisa visando a preservação do Meio Ambiente e designar um consultor ad hoc para emitir um parecer requerido por algumas agências de fomento. Esses objetivos também atendem às solicitações da Reitoria e do Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGR) da Coordenadoria da Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental (COSTSA). A CEA local foi criada em julho de 2012 com servidores de vários setores para que possa haver uma dinâmica e rapidez nas ações a serem tomadas, e tem uma página no site da FOA com legislação, documentos, manuais e links. A CEA planejou 5 etapas para atingir os seus objetivos: Diagnóstica, Administrativa; Educativa; Descarte; Educação continuada. Para realização de tal projeto, acredita-se que a intervenção da Diretoria seja fundamental, e tão importante quanto a participação do setor administrativo é a colaboração de todos os setores e departamentos da unidade, bem como da adesão dos funcionários de todos os segmentos. A CEA tem encontrado dificuldades na fase de diagnóstico, pois em outubro de 2012 foi solicitado a cada chefia departamental um inventário de todo o estoque de produtos químicos e esse não foi enviado até o momento. Para realização desse levantamento, um membro da CEA que trabalha no Setor Técnico de Informática fez um programa para o controle do estoque, que atualmente está sendo aperfeiçoado. Paralelamente à etapa de diagnóstico, a CEA está distribuindo o Manual Para Gerenciamento de Produtos Perigosos para cada disciplina. Cabe ressaltar que esse inventário é necessário para que a CEA, juntamente com a Direção possa regularizar a unidade perante a Polícia Civil e

Exército Brasileiro, além de atuar em conjunto com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes para verificar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos que a instituição deverá fornecer para os servidores. A fase administrativa caminha paralelamente a todas as outras fases, com o apoio da Direção e realização de normativas a serem seguidas. As próximas ações da CEA serão padronizar as lixeiras de toda unidade, tentar fazer um piloto de unidade armazenadora e distribuidora de produtos químicos e realizar o dia do descarte após a distribuição dos EPIs. Enfim, acredita-se que realização da avaliação de exposição e efeitos de substâncias químicas e estabelecimento de normas de biossegurança, ou de forma mais geral, do gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde, dependem de várias áreas do conhecimento, ou ainda de interdisciplinaridade (TAMBELLINI e CÂMARA, 1998) e principalmente da conscientização e colaboração de todos os indivíduos. É importante ressaltar que segundo a Resolução CONAMA 005/93, Art.4 “Caberá aos estabelecimentos o gerenciamento de seus resíduos, desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública”, e uma vez que a FOA está ligada ao ensino, pesquisa e extensão, vários tipos de resíduos são gerados diariamente. Além desses aspectos, os protocolos, medidas ou normativas devem acompanhar os avanços tecnológicos e as necessidades da sociedade e tentar minimizar ou eliminar os riscos (biológicos, físicos, químicos, ergonômicos e sociais) inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços, riscos estes que podem comprometer a saúde do homem, dos animais, do meio ambiente ou ainda a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.